

MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL

Termo de Referência 86/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
86/2025	453860-MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL	PAULO ROBERTO MARTINS CAVALARI	07/05/2026 15:02 (v 0.21)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	54/2025	09.2025.00011118-8

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de 63 (sessenta e três) servidores do Tipo Torre com Garantia e Suporte Técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 1.2. A contratação seguirá conforme descrição, quantitativos e especificações contidas na tabela abaixo, neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e anexos:

Lote	Item	CATMAT/CATSER	Descrição	Qtd	Unidade de Fornecimento
1	1	485937	Servidor Tipo Torre	63	Unidade
	2	27740	Garantia e Suporte Técnico por 60 (sessenta) meses	63	Unidade

- 1.3. Os bens e serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21, não podendo ser prorrogado.
- 1.4.1. A garantia técnica será considerada serviço por escopo, não sendo necessário estender a vigência do contrato além do prazo de fornecimento dos equipamentos e comprovação de disponibilização da garantia.
- 1.5. As empresas interessadas devem ser cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) no bojo do Portal de Compras do Governo Federal.
- 1.6. Nas contratações cujo valor ultrapasse R\$ 100.000.00 (cem mil reais), a contratada deverá observar as exigências contidas na Resolução TCE/MS n.º 88/2018 (e alterações), em especial quanto ao cadastramento da empresa e de seu representante legal no "Sistema e-CJUR", para fins de remessa de peças relativas a esta contratação àquela Corte de Contas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Aplica-se a esta contratação os termos e condições das seguintes normas:

2.1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.2. Resolução nº 283, de 23 de setembro de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que disciplina no âmbito do Ministério Público Brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação.

2.1.3. Lei Complementar nº 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2.2. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

2.2.1. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto desta contratação, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual;

2.2.2. A contratada/fornecedora manifesta seu expresso consentimento quanto ao uso, pelo MPMS, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018;

2.2.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

2.2.4. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

2.2.5. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

2.2.6. A contratada/fornecedora se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, operadores, consultores, e/ou prestadores de serviços, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

2.2.7. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul se responsabilizará por assegurar que todos os seus controladores, operadores e servidores, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

2.2.8. A contratada/fornecedora deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS;

2.2.9. A contratada/fornecedora obriga-se a implementar medidas técnicas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato está exposto;

2.2.10. A contratada/fornecedora, fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2.3. Da Política Antifraude e Anticorrupção

2.3.1. A contratada/fornecedora manifesta ciência da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>;

2.3.2. As partes se comprometem, durante a execução do contrato, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021), o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução nº 025/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021.); a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades;

2.3.3. As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção;

2.3.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

2.3.4.1. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

2.3.4.2. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos estão pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar que se encontra no processo administrativo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição como um todo encontra-se pormenorizada no bojo do Estudo Técnico Preliminar e anexos, que se encontra no processo administrativo.

4.2. As especificações mínimas dos itens 1 e 2 encontram-se no Anexo I A–Especificações Técnicas Detalhadas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da Sustentabilidade/Impactos Ambientais

5.1.1. Os equipamentos fornecidos e serviços prestados pela Contratada não causam impacto relevante ao meio ambiente, não havendo a necessidade de definição de critérios de sustentabilidade.

5.1.2. Dada a natureza do objeto da contratação, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados no Estudo Técnico Preliminar e o MPMS proceder o uso responsável do material adquirido e dar destino adequado aos resíduos gerados.

5.1.3. O atendimento técnico deverá ser realizado no idioma português do Brasil.

5.1.4. A documentação técnica, quando disponível, deverá ser disponibilizada em português do Brasil ou em inglês.

5.2. Da Garantia da Contratação

5.2.1. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, a contratada procederá a garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a garantia e suporte técnico dos equipamentos e por mais 3 (três) meses após o término do suporte.

5.2.2. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.2.3. A Contratada deverá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

5.2.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

5.2.3.2. Seguro-garantia;

5.2.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

5.2.3.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.2.4. O seguro-garantia deverá ser prestado em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. Para as demais modalidades, a garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

5.2.4.1. Em caso de não apresentação da garantia no prazo fixado, a licitante estará sujeita a sanções administrativas.

5.2.5. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser reforçada, complementada ou renovada, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo aditivo/apostilamento.

5.2.6. A caução em dinheiro será depositada em Instituição Financeira Idônea, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, para os fins a que se destina, em conta específica no Banco do Brasil em favor do Contratante, com correção monetária, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência;

5.2.7. Os títulos da dívida pública deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º, da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001;

5.2.8. A fiança-bancária deverá estar vinculada à Instituição Financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil;

5.2.9. O seguro-garantia deverá ser emitido por pessoa jurídica fiadora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para emissão do referido documento, observada a legislação que rege a matéria, especialmente as disposições da Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013, Circular SUSEP nº 577, de 26 de setembro de 2018, e alterações.

5.2.10. Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia assegurará o pagamento de:

5.2.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

5.2.10.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.2.10.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

5.2.10.4. Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

5.2.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do item anterior.

5.2.12. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive em decorrência de reforço ou prorrogação da vigência, acarretará a aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% (dez por cento).

5.2.13. O atraso superior a 15 (quinze) dias corridos para apresentar a garantia autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato sem prejuízo de outras sanções administrativas, conforme dispõe o artigo 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

5.2.14. A garantia somente será considerada liberada ou restituída 3 (três) meses após a finalização da fiel execução do contrato e será acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato. O prazo de 3 (três) meses acima poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

5.2.15. Quando da liberação ou restituição da garantia, se prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.2.16. Caso o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.2.17. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a contratada não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.18. É de inteira responsabilidade da contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o contratante.

5.2.19. Na ocorrência de celebração de Termo Aditivo de prorrogação de contrato e/ou acréscimo contratual de valor, inclusive reajustamento, deverá ser prestada garantia proporcional frente ao novo valor, nas mesmas condições estabelecidas nesta Cláusula.

5.2.20. Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

5.3. Do sigilo e segurança da informação

5.3.1. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo contratante a tais documentos.

5.3.2. A contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenham acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenham tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

5.3.3. A fim de garantir-se as condições dos itens supramencionados, a(s) contratada(s) deverá(ão) assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e entregar ao Gestor e/ou Fiscal da contratação antes do início da execução do contrato.

5.4. Demais requisitos:

5.4.1. Os demais requisitos necessários ao atendimento das demandas encontram-se no Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas.

5.5. Da Subcontratação

5.5.1. Dada a baixa complexidade da contratação não será permitido transferir a terceiros, nem subcontratar o fornecimento do objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e a(s) licitante(s) vencedora(s).

6.1.1. A contratada será cientificada e deverá efetivar a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar de sua ciência;

6.1.2. O prazo da assinatura do contrato, a critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado pela adjudicatária durante o transcurso do prazo inicial, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

6.1.3. Na ocorrência de recusa da adjudicatária em assinar ou devolver o contrato devidamente assinado, sem prejuízo das sanções cabíveis, será convocada a segunda classificada para fazê-lo em idêntico prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços oferecidos, porém sem cominações de qualquer sanção pela recusa.

6.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento.

6.3. Os servidores deverão possuir garantia padrão por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte. Esse prazo de garantia é essencial para garantir a disponibilidade e o desempenho dos equipamentos ao longo de todo o seu ciclo de vida útil, minimizando os custos de manutenção e os riscos de interrupções nos serviços hospedados nos servidores.

6.4. O prazo máximo para atendimento/reparo do chamado (ON SITE) deve ser de até 3 (três) dias úteis após a sua abertura, garantindo a rápida resolução de problemas e a minimização do tempo de indisponibilidade dos equipamentos. Esse prazo é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços hospedados nos servidores, minimizando os impactos de eventuais falhas ou problemas nos equipamentos.

6.5. Os materiais deverão ser entregues de forma centralizada, no Departamento de Material e Patrimônio do MPMS, localizada na Rua Lilia Oshiro, nº 105, Carandá Bosque, CEP: 79021-003, em Campo Grande/MS, no horário das 13h às 17h, devendo a entrega ser agendada com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, telefone (67) 3318-3980 e 3318-2166.

6.6. As solicitações de prorrogação de prazo, em eventuais situações extraordinárias, serão submetidas à análise do Contratante;

6.6.1. Todas as despesas relativas à entrega e ao transporte dos materiais comprados, bem como todos os impostos, taxas despesas decorrentes desta contratação, correrão às expensas exclusivas da fornecedora.

6.7. É de inteira responsabilidade da empresa contratada o ônus com a entrega, incluindo o descarregamento e o transporte dos itens até o local de recebimento.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da empresa, momento no qual as partes serão apresentadas e irão discutir pormenorizadamente o cronograma referente ao serviço objeto desta contratação, de forma a atender aos prazos estabelecidos no instrumento contratual, dirimindo assim eventuais dúvidas.

7.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato caberão a servidores, que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

7.3. Os Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante responsabilizar-se-ão pela fiscalização da execução do objeto contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, conforme suas respectivas atribuições, utilizando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/21 e a Resolução nº 283/2024 do CNMP, no que couber, solicitando ao Gestor, conforme seja necessário, as providências necessárias à regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

7.4. A atuação de Gestores e Fiscais observará o disposto na Resolução 02/2023-PGJ, de 8 de março de 2023, que disciplina os procedimentos de Gestão e Fiscalização Contratual no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da aplicação de outras normativas correlatas.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1. Do recebimento do objeto:

8.1.1. O objeto da contratação será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, pela equipe técnica, em até 5 (cinco) dias úteis do ato da entrega, para efeito de posterior conformidade das especificações, mediante “termo de aceite provisório”;

a.1) Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, após notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e não será autorizado o início do faturamento, até que sanada a situação.

b) definitivamente, após a aferição dos equipamentos em quantia não inferior a 10% do total do item 1 (Servidor Tipo Torre), em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, pelos fiscais e gestor do contrato.

8.1.2. Os produtos serão objeto de inspeção, conforme procedimentos a seguir:

- Abertura das embalagens;
- Comprovação de que o produto atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela Contratada;
- Teste dos componentes, se for o caso;
- Verificação da disponibilização de Garantia Técnica dos equipamentos pelo prazo de 60 (sessenta) meses;

8.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.4. Quaisquer irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 10 (dez) dias depois de formalizada a reclamação.

8.1.4.1. As solicitações de prorrogação de prazo, em eventuais situações extraordinárias, serão submetidas a análise do Contratante.

8.1.4.2. A contratada que não cumprir as condições acima estipuladas poderá sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

8.2. Do Pagamento

8.2.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária a favor da fornecedora, em até o 15 (quinze) dias, após o recebimento definitivo e a Nota Fiscal ter sido devidamente atestada pelo Gestor e Fiscais do contrato.

8.2.2. Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente “*pro rata die*” com base no IPCA-IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado “*pro rata die*”.

8.2.3. A Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, respectiva agência e número de sua conta bancária.

8.2.4. A nota fiscal/fatura que contiver erro, será devolvida à Contratada, para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto, a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida.

8.2.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

8.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.7. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.2.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.11.1. Poderão ser solicitadas à contratada o envio de documentos complementares não constantes no SICAF.

8.2.12. O contratante realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.12.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.12.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.12.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

8.2.12.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2.13. Da antecipação do pagamento

8.2.13.1. Para o item 2 (Garantia e Suporte Técnico por 60 meses), o pagamento será efetuado após a confirmação de disponibilização da garantia técnica pelo período de 60 (sessenta) meses, representando, portanto, pagamento antecipado das parcelas.

8.2.13.2. Tal medida se faz necessária dada a realidade de comercialização do item, estando amparada no § 1º do Art. 145 da Lei nº 14.133/2021 por ser condição indispensável para prestação do serviço.

8.3. Do Reajuste

8.3.1. O valor contratual poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1. A fornecedora será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

9.2. Justificativa para lote único: Os dois itens da contratação (servidores e garantia) formam uma única solução, devendo o lote ser executado por uma única empresa, de forma a garantir o cumprimento da obrigação de forma completa, minimizando o risco de indisponibilidade da solução, o que comprometeria o funcionamento desta.

9.3. O fornecimento de bens se dará de forma integral, sendo solicitados por meio de ordem de fornecimento devendo ser entregues os quantitativos totais, solicitados pela Administração.

9.4. O serviço será executado sob o regime de empreitada por preço global.

9.5. Não poderão disputar este certame ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

9.5.1. Pessoa física, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 29/2022- PGJ, de 5 de julho de 2022, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar;

9.5.2. Consórcio de empresas, considerando qualquer que seja sua forma de constituição, considerando que o objeto, por se tratar de bens e serviços comuns fornecidos em única parcela, não exigem peculiaridades técnicas diversas e, portanto, as empresas interessadas em participar do certame podem executar o objeto individualmente, ou seja, sem a necessidade de contrato prévio com outras empresas para assumir as obrigações contratuais.

9.5.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.4. A pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.7. A pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.6. O impedimento de que trata o subitem 9.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

9.7. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto e fechado em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.8. Os preços unitários propostos (lance final) não poderão ser superiores aos valores unitários orçados, ainda que o valor do lote ofertado seja inferior ao total orçado pela Administração;

9.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do edital, o lance é considerado proposta;

9.10. Nos preços cotados deverão ser computadas todas as despesas incidentes sobre o bem, ficando vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos;

9.11. A validade da proposta apresentada pela licitante não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

9.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto e fechado em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

9.13. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, nesta ordem estabelecida:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

9.13.1. Para fins do disposto na alínea “c” do item anterior serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

9.13.1.1. Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

9.13.1.2. Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

9.13.1.3. Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

9.13.1.4. Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

9.13.1.5. Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

9.13.1.6. Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

9.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no estado de Mato Grosso do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação da mudança do clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.13.3. Conforme disposto no artigo 28, § 2º, da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79, de 12 de setembro de 2024, permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.14. Na fase de análise das propostas apresentadas pelos fornecedores, o certame poderá ser suspenso para fins de análise técnica pormenorizada do item por parte do Setor demandante e emissão de manifestação técnica conclusiva.

9.15. Somente serão aceitas as propostas em que sejam ofertadas o quantitativo total de itens solicitados pelo Órgão.

9.16. Da Participação de ME/EPP

9.16.1. Conforme Lei Complementar nº 123/2006, o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser aplicado da seguinte forma:

9.16.1.1. O certame será exclusivamente destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006), sempre que o valor do item for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

9.16.1.2. Não será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) referente aos itens/lote do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006) uma vez que o parcelamento do objeto acarretaria indesejável heterogeneização de fornecedores, dificultando sobremaneira os processos de administração, diagnóstico, correção de falhas, etc.

9.16.1.3. Nos termos do artigo 38, § 10, da Resolução nº 6/2023-PGJ, de 14 de março de 2023, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015);

9.16.1.4. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006).

9.17. Para fins de **habilitação**, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.17.1. Da Habilitação Jurídica

9.17.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

9.17.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.17.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.17.1.3.1. As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

9.17.1.3.2. Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.17.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.17.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.17.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.17.2. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17.2.5. Para o item 1 a licitante deverá apresentar prova de regularidade fiscal perante o Fisco Estadual, conforme o local de seu domicílio ou sede, relacionada à atividade econômica pertinente ao item licitado (Servidores).

9.17.2.5.1. Caso a licitante seja isenta da obrigação de inscrição ou de recolhimento de tributos junto à Fazenda Estadual, deverá apresentar declaração emitida pelo respectivo órgão fazendário, atestando tal condição.

9.17.2.6. Para o item 2 a licitante deverá apresentar prova de regularidade fiscal perante o Fisco Municipal, conforme o local de seu domicílio ou sede, relacionada à atividade econômica pertinente ao item licitado (Garantia Técnica).

9.17.2.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17.2.7. A documentação relativa à regularidade fiscal poderá ser comprovada com certidões emitidas, por meio físico ou eletrônico, com validade na data de sua apresentação, conforme a legislação vigente.

9.17.4. Da Qualificação Econômico-Financeira

9.17.4.1. Apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.17.4.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), conforme, PARECER n. 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU, comprovados mediante a apresentação pela contratada de balanço patrimonial do último exercício social e obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.17.4.2.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

9.17.4.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.17.4.4. A exigência exclusiva das demonstrações contábeis do último exercício social para a presente contratação mostra-se suficiente e adequada, para garantir atualidade das informações sobre a capacidade econômico-financeira da proponente, respeitando os princípios da legalidade e razoabilidade, evitando exigências excessivas, assegurando a igualdade de condições entre os licitantes, sem restringir a competitividade, bem como atendendo à natureza do objeto que será contratado.

9.17.4.5. Considerando que o objeto da presente contratação, as exigências quanto a qualificação justifica-se a fim de assegurar a execução integral do contrato, prevenindo dessa forma a Administração de que empresassem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, venham a participar e vencer o certame e durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

9.17.5. Da Qualificação Técnica:

9.17.5.1. Apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de 15 (quinze) servidores do tipo torre, incluindo garantia técnica por 12 meses;

9.17.5.1.1. A exigência referente à qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar o objeto da licitação, podendo comprometer a segurança da execução do objeto, trazer prejuízos ao erário, e impacto direto na paralização de diversas atividades do MPMS.

9.17.5.1.2. Dessa forma entende-se não ser pertinente e nem razoável, deixar de exigir a comprovação de que a pretendente contratante tenha expertise no fornecimento e/ou prestação de serviços requerido.

9.17.5.1.3. O(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao MPMS manter contato com a(s) empresa(s) atestante(s), podendo ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, que apresente cópia do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado contendo:

9.17.5.1.3.1. Razão Social, CNPJ e endereço completo da Empresa Emitente;

9.17.5.1.3.2. Razão Social da Contratada;

9.17.5.1.3.3. Número e vigência do contrato, se for o caso;

9.17.5.1.3.4. Objeto do contrato;

9.17.5.1.3.5. Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;

9.17.5.1.3.6. Local e Data de Emissão;

9.17.5.1.3.7. Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);

9.17.5.1.3.8. Assinatura do responsável pela emissão do atestado.

9.17.5.1.4. Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do Contratante, para verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

9.17.5.1.5. A licitante deverá informar os dados de contato do(s) emitente(s) do(s) Atestado(s) (telefone, endereço, e-mail);

9.17.5.1.6. No caso de Atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente serão alvo de diligências.

9.17.5.1.7. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;

9.17.5.1.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.17.5.1.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.17.5.1.10. Encontrada divergência entre o especificado nos Atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do Atestado e a licitante, além da inabilitação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

9.17.5.1.11. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.17.5.2. A licitante deverá declarar sobre sua condição em relação ao cumprimento das seguintes exigências:

9.17.5.2.1. Da reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV; art. 92, XVII; art. 116 e art. 137, IX, todos da Lei nº 14.133/2021);

9.17.5.2.2. Da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 68, VI, Lei nº 14.133/2021);

9.17.5.2.3. Declaração de não parentesco, ou seja, de que não se enquadra nas vedações estabelecidas pela Resolução nº 37/2009 e suas alterações, do Conselho Nacional do Ministério Público.

9.17.5.3. Para fins de formalização de contratação, bem como nas prorrogações de prazos de vigência de contratos, será exigida a apresentação das Certidões Negativas referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 5.457.356,73 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e três cents).

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação dos materiais/serviços está prevista no orçamento anual desta Instituição, no Plano Anual de Contratações, Unidade Gestora – FEADMP - Funcional Programática nº 10.07901.03.091.0005.2071.0000 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público – FEADMP – Natureza de Despesa - 44905235 - Equipamentos de Processamento de Dados e 33904011 - Despesas com licenças de uso de *software* de processamento de dados. (licenças).

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Participar da reunião de alinhamento de que trata o item modelo de gestão de contrato, na data e horário marcados, conforme conveniência da Administração;
- 12.2.** A contratada deve observar suas obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas;
- 12.3.** Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao MPMS para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo MPMS;
- 12.4.** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- 12.5.** Fornecer os materiais e garantia técnica de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.6.** Disponibilizar suporte técnico on-line nas condições estabelecidas;
- 12.7.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 12.8.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 12.9.** A Contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 12.10.** Conceder acesso ao Contratante o controle de atendimento para acompanhamento dos chamados técnicos, ficando o encerramento destes condicionados ao aceite destes setores;
- 12.11.** Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto do contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização;
- 12.12.** Estimar todos os custos dos objetos desta licitação, não podendo esta estimativa ser utilizada futuramente como motivo para pleitear acréscimos de qualquer natureza nos preços das propostas;
- 12.13.** Manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações obtidas dentro do MPMS;
- 12.14.** A contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de sofrer as sanções legais;
- 12.15.** O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, deverá ser assinado pela Contratada, e entregue ao Gestor e/ou Fiscal da Contratação antes do início da execução do objeto;
- 12.16.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.17.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 12.18.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).
- 12.19.** Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 12.20.** A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

- 12.21.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 12.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.23.** A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;
- 12.24.** A contratada se responsabilizará pelo correio eletrônico fornecido, de modo que, qualquer alteração desse endereço deverá ser comunicada ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;
- 12.25.** Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a contratada no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação;
- 12.26.** A contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.
- 12.27.** A contratada deve observar as disposições sobre a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, as quais estão previstas no item "Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)" deste documento.
- 12.28.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos prevista em outras normas específicas.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1.** Convocar a Contratada para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item modelo de gestão de contrato.
- 13.1.1.** A reunião de alinhamento, a critério do CONTRATANTE, poderá ser substituída por outros meios que permitam o levantamento das informações necessárias ao início da execução contratual.
- 13.2.** Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;
- 13.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 13.4.** Aplicar as penalidades cabíveis;
- 13.5.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 13.6.** Nomear Gestor e Fiscais Técnico e Administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 13.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que foram entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção em prazo razoável a ser estabelecido, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante;
- 13.8.** Vistoriar o cumprimento do que foi proposto na descrição do serviço ofertado;
- 13.9.** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 13.10.** Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas para a contratação.

14. DAS SANÇÕES

14.1. A empresa licitante ou contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida no planejamento, no edital de licitação, nos instrumentos auxiliares, em aviso de dispensa e/ou em contrato firmado pelo MPMS, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, fica sujeito às seguintes sanções administrativas, nos termos da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

14.1.2. Advertência;

14.1.3. Multa;

14.1.4. Multa de mora por atraso injustificado na entrega do objeto ou na execução do contrato, que será calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, observando-se a relação proporcional dos dias/horas de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

I – atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia/hora de atraso;

II – atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia/hora de atraso;

III – atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso;

IV – atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia/hora de atraso.

14.1.5. Compensatória, nos seguintes percentuais e observando-se os seguintes parâmetros:

I – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, para aquele que não mantiver:

a) a regularidade dos documentos exigidos na habilitação e/ou não comunicar fato que altere sua condição;

b) preço, condição e/ou marca, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, para fins de contratação;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 20% a 30% (de vinte por cento a trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 25% a 30% (de vinte e cinco por cento a trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de:

a) apresentação de documentação ou declaração falsas durante a licitação/contratação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação/contratação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer outra natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação;

e) prática de ato lesivo à administração pública;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou que lhe diminuam o valor ou, ainda, que estejam fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

V – 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

14.1.6. Caso o contrato ainda não tenha sido celebrado, o percentual para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

14.1.7. No caso de inexecução parcial do objeto, mesmo quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.8. A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

14.1.9. Nas hipóteses em que o percentual estabelecido para a aplicação de sanção for variável, a definição dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPMS, conforme parâmetros definidos no planejamento, no edital/instrumento equivalente ou no contrato.

14.1.10. Nos contratos de obras e demais serviços de engenharia, se for o caso, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais (anteriores e/ou posteriores) que tenham sido impactadas pela falta administrativa, salvo disposição em contrário no planejamento, nos instrumentos auxiliares no instrumento convocatório e/ou instrumento contratual.

14.1.11. Em caso de infração praticada durante o procedimento de seleção, o fornecedor ficará sujeito à sanção de multa compensatória sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) para as condutas tipificadas no art. 12 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

II – 15% (quinze por cento) para as condutas tipificadas no art. 13 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024.

14.1.12. Impedimento de licitar e contratar com o MPMS e com o Estado de Mato Grosso do Sul, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

14.1.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

14.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multa.

14.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste termo, conforme Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

14.5. A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo, no qual será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.5.1. O valor de multa retido cautelarmente será liberado ao contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o provimento do recurso ou a reconsideração da decisão pela aplicação da sanção.

14.6. A multa deverá ser recolhida por meio de depósito bancário identificado na conta bancária informada pelo contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pelo fornecedor sancionado, salvo se outro prazo e forma estiverem previstos no instrumento de planejamento da contratação;

14.7. Caso o fornecedor não efetue o recolhimento em conta, o valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I – descontado dos créditos a que fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou a entidade sancionadora;

II – descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;

III – cobrado judicialmente.

14.7.1. Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor contratado, acrescido dos valores de garantia prestada, a diferença será apurada e cobrada pelo contratante, que intimará o fornecedor a efetuar o pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de depósito identificado, nos mesmos termos previstos no artigo 10 da Resolução nº 30/2024, de 1º de agosto de 2024.

14.7.2. Não sendo possível a quitação total dos valores apurados a título de multa e indenizações, o contratante encaminhará cópia do processo à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição na dívida e cobrança judicial.

14.8. O prazo da sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes por parte do Secretário(a)-Geral, será de no máximo 3 (três) anos.

14.9. O prazo da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, será de no mínimo 3 (três) anos e de no máximo 6 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas.

14.10. A aplicação de Sanções Administrativas observará o disposto na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, que “*regulamenta o processo administrativo, o procedimento de apuração e os parâmetros para aplicação de sanções administrativas por infração dos participantes de processos de seleção de fornecedores, incluídos procedimentos auxiliares, aos contratados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e por seus fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*”.

15. CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

15.1. Classifica-se o presente Termo de Referência e os seus anexos como documento público, para fins de cumprimento do art. 21 da Lei nº 12.527/2011.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX YUKIO TOMA

Analista e Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 19:20:43.

PIERRE KARLOS BRITO KITIZO

Analista e Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 15:02:36.

LUIZ FERNANDO BARROS DE OLIVEIRA DOS ANJOS

Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 20:10:58.

MYRIAN RAQUEL RODRIGUES DA SILVA

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 14:44:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Especificacoes Tecnicas Detalhadas.pdf (2.74 MB)
- Anexo II - ANEXO - B.pdf (64.83 KB)
- Anexo III - Anexo C - Termo de Manutencao e Sigilo.pdf (568.5 KB)

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
TABELA SIMPLIFICADA DOS QUANTITATIVOS	3
1. ITEM 01 - SERVIDOR TIPO TORRE	3
2. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	11

TABELA SIMPLIFICADA DOS QUANTITATIVOS

LOTE 01 – Solução de processamento de dados				
Item	CATSER/ CATMAT	Descrição	Tipo	Quantidade Registrada
1	485937	Servidor Tipo Torre	Equipamento	63
2	27740	Garantia e Suporte Técnico por 60 meses	Serviços	63

1. ITEM 01 - SERVIDOR TIPO TORRE

1.1. GABINETE

- 1.1.1. Deverá ser do tipo torre projetado e desenvolvido para instalação em ambiente de escritório com níveis baixos de ruído.
- 1.1.2. Deverá possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;
- 1.1.3. Deverá possuir suporte de no mínimo 8 (oito) baías para instalação de discos rígidos de 3,5 e/ou 2,5 polegadas;
- 1.1.4. Deverá possuir projeto tool-less, ou seja, não necessita de ferramentas para abertura do gabinete e instalação/desinstalação de placas de expansão;
- 1.1.5. Deverá ser fornecido painel frontal de segurança com chave (*bezel*);
- 1.1.6. Deve possuir ventilação adequada para a refrigeração do sistema interno do equipamento e que o mantenha dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- 1.1.7. Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento;
- 1.1.8. Deverá possuir sensor de intrusão.

1.2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 1.2.1. Deverá possuir no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes;
- 1.2.2. As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable/hotswap permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento, levando em conta a configuração do servidor nesta especificação;
- 1.2.3. As fontes de alimentação deverão possuir certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM.
- 1.2.4. As fontes deverão possuir tensão de entrada de 100VAC a 240VAC / 200 VAC a 240VAC a 50/60Hz, com ajuste automático de tensão;

- 1.2.5. Deverá acompanhar cabo de alimentação para cada fonte de alimentação fornecida no padrão NBR14136;

1.3. PROCESSADOR

- 1.3.1. Deverá ser equipado com 1 (um) processador de 8 (oito) núcleos e 16 threads, com arquitetura x86, originalmente concebido para servidores;
- 1.3.2. Deverá implementar mecanismos de gerenciamento do consumo de energia compatível com o padrão ACPI;
- 1.3.3. Deverá suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão AVX-2;
- 1.3.4. Deverá possuir frequência de clock interno de no mínimo 3.3 GHz e de no mínimo 5.7 GHz no modo turbo;
- 1.3.5. Deverá possuir controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4.800 MHz;
- 1.3.6. Deverá possuir link de comunicação do processador com o restante do sistema de 16 GT/s;
- 1.3.7. Deverá possuir memória cache de no mínimo 24 MB – L3 ou smartcache;
- 1.3.8. Deverá possuir TDP de 95W;
- 1.3.9. Não será aceito processadores fora de linha de fabricação;
- 1.3.10. Deverá ser entregue a última geração do processador disponível no Brasil para o modelo ofertado;

1.4. DESEMPENHO

- 1.4.1. O processador deverá atingir índice de, no mínimo, 29500 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU List disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Sendo permitido uma variação de até 5% para menos;

1.5. MEMÓRIA RAM

- 1.5.1. Deverá possuir módulos de memória RAM tipo DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou UDIMM (Unbuffered DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code);
- 1.5.2. Deverá ser entregue com, no mínimo de 64GB (Sessenta e quatro gigabytes) de memória instalada, DDR5 com frequência mínima de 4.800MT/s;
- 1.5.3. Deverá possuir slots para expansão para no mínimo 128GB (Cento e vinte oito gigabytes);

1.6. CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE

- 1.6.1. Deverá possuir chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;
- 1.6.2. Deverá possuir placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

1.7. CONTROLADORA DE VÍDEO

- 1.7.1. Deverá possuir capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesesseis megabytes);
- 1.7.2. Deverá possuir resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.

1.8. BIOS E SEGURANÇA

- 1.8.1. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- 1.8.2. Deverá possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;
- 1.8.3. Deverá possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;
- 1.8.4. Deve ser atualizável por software;
- 1.8.5. Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS/UEFI a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.
- 1.8.6. As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800-147B e NIST SP800-193;
- 1.8.7. Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0;

1.9. PORTAS DE COMUNICAÇÃO

- 1.9.1. Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;
- 1.9.2. Deverá possuir 4 (quatro) interfaces USB, sendo no mínimo 01 (uma) porta na parte frontal;
- 1.9.3. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo padrão VGA (DB-15) localizada na parte traseira do gabinete;

- 1.9.4. Deverá possuir conexão dedicada RJ-45 10/100/1000 Mbps Ethernet na parte traseira do equipamento para gerenciamento do hardware.

1.10. INTERFACE DE REDE 1GbE

- 1.10.1. Deverá possuir no mínimo 02 (duas) interfaces de rede 1GbE totalmente disponíveis para as aplicações;
- 1.10.2. Deverá ser entregues conectores do tipo RJ-45, para cabeamento UTP;

1.11. INTERFACE DE REDE 10GbE

- 1.11.1. Deverá possuir no mínimo 02 (duas) interfaces de rede 10GbE totalmente disponíveis para as aplicações;
- 1.11.2. Deverá ser entregue completos, com transceptores SFP+ para curtas distâncias (SR) com conectores LC;

1.12. CONTROLADORA RAID

- 1.12.1. Deverá possuir controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;
- 1.12.2. Deverá possuir memória cache de no mínimo, 4GB (quatro gigabytes);
- 1.12.3. Deverá suportar e implementar RAID 0, 1, 10, 50, 60 via hardware, não sendo aceito RAID via software;
- 1.12.4. Deverá permitir detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática dos volumes de RAID sem a necessidade de reiniciar o equipamento;
- 1.12.5. Deverá suportar recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- 1.12.6. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;
- 1.12.7. Deverá suportar migração de nível de RAID;
- 1.12.8. Deverá possuir controladora RAID que suporte a quantidade de canais para atender a todos os discos do chassi ofertado;
- 1.12.9. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (S.M.A.R.T.).

1.13. ARMAZENAMENTO

- 1.13.1. Deverá possuir armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 02 (duas) unidades de armazenamento SATA de, no mínimo, 8TB (Oito Terabytes) hot pluggable, de 2,5 ou 3,5 polegadas e interface de pelo menos 6Gbps, no mínimo 7.200K;

- 1.13.2. Deverá ser do tipo hot plug / hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
- 1.13.3. Durante o prazo de Garantia, em caso de ocorrência de falha e necessidade de reposição dos dispositivos de armazenamento, esses deverão ficar em posse da CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade das informações;
- 1.13.4. Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- 1.13.5. Deverá ser compatível com a controladora RAID descrita acima.
- 1.13.6. Os discos deverão ser homologados pelo fabricante.

1.14. ARMAZENAMENTO PARA O SISTEMA OPERACIONAL:

- 1.14.1. Deve possuir 2 (dois) dispositivos internos do tipo SSD M.2 NVMe ou sata redundantes;
- 1.14.2. Os dispositivos deverão operar em RAID-1 (mirroring);
- 1.14.3. Capacidade mínima de 480GB (Quatrocentos e oitenta Gigabytes);
- 1.14.4. Não serão aceitas soluções baseadas em cartão SD ou similar;

1.15. SISTEMA OPERACIONAL

- 1.15.1. O servidor deverá ser oferecido sem sistema operacional;
- 1.15.2. O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado durante o período de garantia;
- 1.15.3. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2022 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;
- 1.15.4. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi 8 ou superiores. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compability List) ou Compability Guide VMware da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility> ou outro que o substitua;

1.16. GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

- 1.16.1. O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:
- 1.16.2. Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);
- 1.16.3. O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP;
- 1.16.4. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;
- 1.16.5. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;
- 1.16.6. Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
- 1.16.7. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;
- 1.16.8. Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;
- 1.16.9. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;
- 1.16.10. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;
- 1.16.11. Suportar os protocolos de gerenciamento IPMI, SNMP, SSH e REDFISH;
- 1.16.12. Permitir customizar alertas e automatizar a execução de tarefas baseadas em script;
- 1.16.13. Interface de gerência baseado em HTML5.
- 1.16.14. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível ou console de gerenciamento integrado;
- 1.16.15. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware.

- 1.16.16. Realizar a abertura automática de chamados sem intervenção humana, diretamente ao fabricante dos equipamentos em caso de falha de componentes de hardware;
- 1.16.17. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;
- 1.16.18. Deve possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software);
- 1.16.19. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;
- 1.16.20. Permitir acesso do tipo Console Virtual, do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada;
- 1.16.21. O software de gerenciamento deve realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes;
- 1.16.22. Suportar o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) do consumo de energia elétrico e temperatura dos servidores, através de exibição gráfica, e permitir gerenciar parâmetros de consumo de CPU, memória, IO e Motherboard, com geração de alertas;
- 1.16.23. Possuir configuração de alerta de consumo de energia para grupos de dispositivos;
- 1.16.24. Possuir controles de energia baseados no tempo (diariamente, semanalmente e ou faixa de datas);
- 1.16.25. Permitir configurar dispositivos individuais, grupos físicos e grupos lógicos;
- 1.16.26. A interface de gerência do servidor deve permitir a criação de grupos de modo a permitir o gerenciamento de outros servidores a partir de um único IP sem a necessidade de softwares adicionais.
- 1.16.27. Deverá ser fornecido software que realize a descoberta de ativos no datacenter como servidores, switches, storages do mesmo fabricante usando o protocolo SNMP, assim como o gerenciamento básico (ativo ou desligado) de dispositivos e inventário de hardware para até 1000 dispositivos.
- 1.16.28. Deverá possuir relatórios de status de garantia via interface de gerência

- 1.16.29. O software de gerenciamento deverá estar licenciado para todas as funcionalidades requisitadas nestas especificações e unificar as operações de administração, monitoramento e gestão de tarefas de gerenciamento de todos os servidores fornecidos em uma única console gráfica.
- 1.16.30. Os perfis de configuração associados aos equipamentos e grupos de equipamentos devem garantir conformidade de versões de drivers e firmwares estabelecidos como padrões pré-estabelecidos, permitindo que sejam realizadas atualizações programadas e automatizadas.
- 1.16.31. O software de gerenciamento deverá permitir instalação remota de sistemas operacionais como Windows, Linux e VMware vSphere.
- 1.16.32. O software de gerenciamento deverá permitir a medição do consumo elétrico de grupos de servidores instalados em um rack, distribuídos em vários racks em um corredor ou por todo o data center. Também deverá ser capaz de controlar o consumo elétrico dos servidores e implementar políticas de consumo, reduzindo o consumo individual ou de grupos de equipamentos caso ultrapassem os limites de consumo pré-estabelecidos.

1.17. ACESSÓRIOS

- 1.17.1. Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.

1.18. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 1.18.1. Deverão ser fornecido manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração. Caso o fabricante disponibilize o material em seu sítio, basta que a CONTRATADA indique o endereço do material técnico.

1.19. OUTROS

- 1.19.1. Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;
- 1.19.2. Todos os componentes do objeto deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e estarem em linha de fabricação; Apresentação de certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com as seguintes normas:
 - 1.19.2.1. IEC 60950/IEC62368;

- 1.19.2.2. Energy Star comprovado através do link www.energystar.gov
- 1.19.2.3. Inmetro;
- 1.19.2.4. ROHS comprovado através de documentação do fabricante do equipamento;
- 1.19.2.5. EPEAT Climate+ comprovado através do link www.epeat.net;

2. ITEM 02 - GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

- 2.1. Deve possuir garantia padrão por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte;
- 2.2. Os serviços de suporte e manutenção devem ser do fabricante da solução ofertada;
- 2.3. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente no prédio da Procuradoria Geral de Justiça em Campo Grande, MS onde se encontram (ON-SITE);
- 2.4. A CONTRATANTE poderá abrir o equipamento sem previa autorização para efetuar instalação de módulos de memória, discos e outros periféricos sem prejuízo da garantia, desde que seguindo as boas práticas do fabricante do equipamento.
- 2.5. A FABRICANTE deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;
- 2.6. O atendimento de suporte remoto deve ser realizado em regime 24x7x365;
- 2.7. Os discos rígidos e/ou unidades SSD (Solid State Drive) que equipam o servidor não poderão ser removidos das dependências da CONTRATANTE sob qualquer circunstância. Na hipótese de reparo do equipamento se realizar dentro das dependências da CONTRATANTE e uma vez detectada a necessidade de troca de um disco rígido e/ou SSD, esse deverá ser substituído por uma nova unidade e a unidade defeituosa deverá permanecer sob guarda da CONTRATANTE.
- 2.8. O prazo máximo para atendimento/reparo do chamado (ON SITE) deve ser de até 3 (três) dias úteis após a sua abertura;
- 2.9. A CONTRATADA também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como "chat" e página de suporte técnico na

- Internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;
- 2.10. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;
- 2.11. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;
- 2.12. Oferecer serviço e ferramentas de diagnóstico e troubleshooting remotos na qual os técnicos da CONTRATADA ou FABRICANTE se conectam diretamente ao sistema do usuário através de uma conexão de Internet segura para agilizar e melhorar o processo de solução de problemas;
- 2.13. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto;

ANEXO – B – QUANTITATIVOS CONSOLIDADOS

Lote	Item	Catmat/Catser	Descrição	Qtd	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário	Valor total 60 meses
1	1	485937	Servidor Tipo Torre	63	Unidade		
	2	27740	Garantia e Suporte Técnico por 60 meses	63	Unidade		
		VALOR TOTAL ESTIMADO					

ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

(ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 11/2018-PGJ, DE 25 DE MAIO DE 2018)

Eu, _____(NOME)_____, ocupante do cargo de _____,
portador(a) do documento de identidade nº _____, expedido pelo
órgão _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, matrícula nº
_____, residente e
domiciliado(a) em _____, **DECLARO** ter pleno
conhecimento sobre o tratamento de informações institucionais e da minha
responsabilidade para com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS,
em adotar as medidas de segurança institucionais adequadas, bem como em manter
sigilo sobre dados e informações de natureza sigilosa ou sensível que, por força de
minha função, venham a ser do meu conhecimento e cuja divulgação a terceiros possa,
de algum modo, causar risco ou dano de qualquer ordem ao MPMS, a seus integrantes,
à sociedade e/ou ao Estado, **COMPROMETENDO-ME** a guardar o sigilo necessário nos
termos da legislação vigente, sobretudo conforme as normas citadas no presente
Termo.

Comprometo-me, ainda, sem prejuízo das demais medidas de segurança institucionais
necessárias, a:

1. zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, materiais, áreas, instalações, processos e sistemas de informação sob minha responsabilidade ou que me forem disponibilizados para uso, fazendo-o no estrito interesse do serviço desta Instituição;
2. não praticar quaisquer atos que possam, de algum modo, afetar o sigilo ou a integridade dos dados e informações sigilosas ou sensíveis e dos materiais de acesso restrito;
3. salvo com autorização da autoridade competente e para fins institucionais, não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo, dados ou informações sigilosas ou sensíveis;
4. acompanhar as alterações legislativas a respeito do assunto e a manter conduta adequada ao quanto disposto em tais normas.

Firmo o presente por estar de acordo com suas disposições e ciente das sanções aplicáveis no âmbito penal, cível e administrativo.

(Local e data), ___/___/___

(Assinatura do(a) Declarante)

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição Federal, art. 5º, XXXIII – “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de

responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado";

2. Lei Federal nº 12.257/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal;
3. Lei Estadual nº 1.102/90, art. 218, IV – “São deveres do funcionário: (...) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências”;
4. Resolução nº 7/2015-PGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;
5. Resolução nº 10/2018-PGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional;
6. Resolução nº 11/2018-PGJ, Anexo I – Dispõe sobre o Plano de Segurança Institucional.